



**PEDIDO DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE INVESTIMENTO
(nos termos do Regulamento n.º 86/2024 de 22 de janeiro)**

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome _____
NIF _____ BI/CC n.º _____ emitido em/válido até ___ / ___ / ____
com sede/domicílio em _____,
freguesia de _____, código postal ____ - ____ - _____,
telefone _____, telemóvel _____, correio eletrónico _____.

PRETENSÃO

Na qualidade de ^(a) _____, vem solicitar a V. Ex.ª a celebração de contrato de investimento, nos termos do Regulamento n.º 86/2024 de 22 de janeiro de 2024, para:

Reconhecimento do direito à isenção de IMT, nos termos do Título II

Reconhecimento do direito à isenção de IMI por 5 anos, nos termos do Título II

Concessão de apoios/incentivos à atividade económica, nos termos do Título III

Adenda a contrato já celebrado em _____

Conforme memória descritiva, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento, e elementos instrutórios que se apresentam em anexo.

Tem processo de obras Não Sim Indique o n.º do processo _____

Autoriza a recolha, processamento e utilização de dados pessoais para efeitos de celebração do contrato de investimento. A Câmara Municipal de Viana do Castelo comunica os dados às autoridades, sempre que tenha, por lei, esse dever.

DATA E ASSINATURA

Pede deferimento

O Requerente,

Aos ___ / ___ / _____,

(a) Proprietário, arrendatário, usufrutuário, locatário, superficiário, mandatário ou outra;



ELEMENTOS A ACOMPANHAR O PEDIDO

Assinalar no quadrado em branco os elementos apresentados com o requerimento

Códigos CAE/caraterização sumária da atividade já exercida ou a exercer;

A identificação do prédio para o qual se solicita o benefício fiscal/incentivo à atividade económica, designadamente os elementos que constam da matriz predial e do registo predial;

Comprovativo do pagamento do imposto em causa, se aplicável;

Indicação dos produtos (intermédios e finais) a fabricar e dos serviços a prestar/efetuar;

Investimento associado;

Descrição do caráter social da intenção;

Número de postos de trabalho já criados, e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego direto ou novos postos de trabalho a criar;

Caracterização da procura do mercado em que se insere;

Processos tecnológicos inovadores disponíveis ou a implementar ou colaboração com entidades do sistema científico ou tecnológico;

Outros elementos que o requerente considere relevantes para a fundamentação do pedido;

Consentimento para acesso aos respetivos dados ou cópia de certidão comprovativa da situação tributária e contributiva regularizada;

Outros documentos demonstrativos dos pressupostos de atribuição do benefício fiscal, bem como os que sejam exigidos no referido regulamento;

As falsas declarações ou informações prestadas no seu preenchimento. Integram crime de falsificação de documentos, nos termos do artigo 256º do Código Penal.